

*História, historiador e identidade profissional.
Sobre a história do Curso de História
da Universidade Federal do Paraná*

*History, historian and professional identity.
On the history of the History Course
at the Federal University of Paraná*

Bruno Flávio Lontra Fagundes

Caracterização primeira e geral da história do Curso de História da UFPR

Reflexões quanto à cientificidade da História despertadas pelo debate sobre as narrativas iniciado no Brasil em meados dos anos 1980, articuladas a proposições dedicadas ao campo do ensino da História, são as principais motiva-

Bruno Flávio Lontra Fagundes é doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor adjunto do Curso de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão, e desenvolve pesquisa de pós-doutorado junto ao PPG-História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (parabrunos@gmail.com).
Artigo recebido em 3 de maio e aprovado para publicação em 1º de setembro de 2014.

ções deste texto. Foi no contexto das discussões sobre a “questão da narrativa” e da crise de sentido da matéria escolar História que emergiu o interesse pela história da História, em cujo movimento a consciência dos historiadores sobre si mesmos e o que fazem foi afetada. Os historiadores não só iniciaram um debate sobre as interfaces de sua disciplina com a natureza de procedimentos literários, como tiveram de responder à pergunta clássica *para que serve a História?* Despertou-se assim o interesse teórico pela história da disciplina e pela história de como a disciplina se institucionalizou em cursos acadêmicos. Como afirma Marieta de Moraes Ferreira (2013: 8), a literatura sobre a história dos cursos de História vem crescendo: “ainda que as reflexões dos historiadores sobre suas práticas intelectuais e sociais sejam relativamente recentes, a história da História tem se tornado, cada vez mais, um objeto nobre e relevante de investigação”.

Recuperamos neste texto acontecimentos da história da institucionalização do Curso de História da Universidade Federal do Paraná, identificando, entre 1938 e aproximadamente 1974, duas gerações de professores com seus alinhamentos teórico-conceituais, envolvidos por um processo de constituição progressiva de um sistema centralizado de ensino superior no Brasil. A primeira geração atuou dos anos 1930 até fins da década de 1950 e início da de 1960 – tempo em que o curso manteve unidas as áreas de Geografia e História¹ –, e a segunda, do início dos anos 1960 – quando foi criado o Departamento de História (DEHIS) – até fins dos anos 1970 – nesse período, em 1972, foi criado na UFPR o primeiro mestrado federal em História no Brasil reconhecido pelo MEC, e em 1974 foram produzidas as primeiras dissertações. A categoria “geração” deriva da noção de compartilhamento de experiências sociais de grupos em espaços de tempo vividos, sobredeterminados por linhas de força que afetam todo grupo, e foi com base nessa noção que detectamos, entre 1938 e aproximadamente 1974, os dois agrupamentos de professores do Curso de História da UFPR, com suas produções textuais fixadas em características temáticas, interpretativas e teórico-metodológicas.

Instituído em 1938, quando da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Paraná (UPR),² o então Curso de Geografia e História passou por contextos diferentes da história brasileira e do Paraná, assim como da história da universidade e do conhecimento histórico acadêmico produzido no país. No arco temporal 1938-1974, em relação às duas gerações de professores acima mencionadas, podemos dizer esquematicamente que os membros da primeira foram recrutados sem os dispositivos profissionais que seriam criados depois, sendo normalmente nomeados pelo presidente da República por indicação de autoridades universitárias superiores; já os da segunda geração, alunos da primeira, ao se tornarem professores nos anos 1960 e 70 do agora simplesmente Curso de História, iniciaram-se em práticas profissionais menos marcadas por preferências explicitamente políticas.

A demarcação temporal 1938-1974 engloba também duas “linhagens historiográficas” (Capelato, Glezer, Ferlini, 1994: 349): a de um primeiro grupo de intelectuais sem formação específica de historiador, com uma produção mais “sobre o passado” e menos “historiográfica”, oriundo de áreas de conhecimento diversas, como Direito, Engenharia, Agronomia, Medicina; e a de um segundo grupo de intelectuais, agora alojados num departamento e num curso exclusivo de História, com formação específica enquadrada pelas normas próprias de um corpo profissional responsável por critérios de recrutamento, aprovação e chancela para o exercício da profissão, e reconhecidos por uma instituição científica cuja legitimidade e autoridade do saber produzido derivavam da fixação de critérios sem consulta a qualquer outra instância senão a si própria. Entre as gerações, separaram-se progressivamente a produções de profissionais de História das de amadores, que continuaram a produzir conhecimento sobre o passado em grêmios intelectuais externos à universidade, tais como o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP) e o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB).

Conectar a cada período de tempo uma geração com dada linhagem historiográfica significa, na história do Curso de História da UFPR, identificar um deslocamento saliente no tempo: o de uma abordagem histórica de fundo humanístico-cristão, firmada numa temporalidade que retira do passado exemplos para o futuro, em direção a uma abordagem estrutural econômica e social de longa duração, que introduz a ideia do historiador como oficial de arquivo e enfatiza a história quantitativa a partir de longas séries documentais – cartoriais, municipais e paroquiais – tratadas estatisticamente e com resultados expostos textualmente em palavras, gráficos e tabelas.

Uma vez tornado disciplina acadêmica algo com o nome de “História”, reconstituir seu passado em pesquisa e sua transmissão em ensino deve observar o que Michel de Certeau (2011: 56) caracteriza como as “leis do meio” – prazos, ritmos, ritos, interditos de uma instituição social regulatória que corta, enquadra e padroniza a pesquisa e o ensino de acordo com finalidades definidas por ela quanto ao conhecimento histórico e seu papel social, despertando expectativas públicas quanto ao passado e em função de memórias criadas e instituídas pela força e a legitimidade de seu estatuto de autoridade científica.

Histórias de cursos de História favorecem refletir sobre processos que, em várias circunstâncias, ora garantiram, ora abalaram a autoridade secular da História como guia e orientadora frente aos dilemas existenciais da vida de indivíduos e coletividades. Elas precisam suplementar a investigação epistemológica com outra mais teórico-política para alcançar a história da História investigada nos acontecimentos e processos que, em disciplina, instituem o modo de produzir o conhecimento, materializado numa rotina de relações de natureza diver-

sa no interior de uma “instituição do saber (...) que marca a origem das ‘ciências modernas’” (De Certeau, 2011: 51) nos séculos XVII e XVIII europeus – as assembleias, redes de correspondência, círculos de sábios e academias. Ao se deslocar da condição de *estórias comuns de um patrimônio vivo e geral* para a de *conhecimento especialista metódico cientificamente orientado*, a História tornou-se um “lugar social” – com práticas de pesquisa e forma institucionalizada de escrita, assim como de memória e de rememoração.

Diretrizes analíticas da literatura sobre os cursos de História brasileiros

Uma perspectiva nos orienta: verificar a história do Curso de História da UFPR relacionada ao processo de regulamentação do ensino superior articulado ao ensino secundário no Brasil, com atenção aos marcos legais regulatórios expressos na legislação educacional ao longo de quase 40 anos, marcos esses que fizeram efeito no plano da organização didático-pedagógica, condicionando a adesão a quadros teóricos conectados a escolhas metodológicas e a finalidades político-sociais. Tal perspectiva está contida na história de um progressivo controle e centralização estatal que foi impondo orientações aos cursos universitários nacionais.³

Os pesquisadores da história dos cursos de História no Brasil têm construído sua análise com base em investigações sobre as experiências, em especial, da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Universidade do Brasil (UB) e suas faculdades de Filosofia. Exceção à regra, o Curso de História da UDF, criado em 1935, não só era independente do de Geografia, como não se restringia à função de formação para o ensino. Segundo Ferreira (2013: 22), “tratava-se não simplesmente de preparar técnicos e professores, mas de formar um novo tipo de profissional, iniciado na pesquisa científica e confiante na ação direta da educação”. A história do Curso de História da UDF é examinada pela autora dentro do universo de conflitos político-ideológicos no Brasil dos anos 1930, e nela é ressaltada a singularidade da orientação aos professores, no sentido de que “não só desenvolvessem habilidades para o ensino, mas também aprendessem a pesquisar e escrever sobre o Brasil a partir de teorias e métodos” (Ferreira, 2013: 31).

Diferentemente do Curso de História da UDF, o curso da USP, criado em 1934, e o da UB, de 1939, também analisados tendo como pano de fundo os conflitos da época, davam ênfase à formação de professores. A opção pelo ensino envolvia a constatação de que a pesquisa histórica no Brasil já se fazia em associações e grêmios culturais e intelectuais – como o IHGB e institutos estaduais congêneres –, o que esvaziava a necessidade de pesquisa na universidade. Na história

do Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da UB “pode-se notar também que, entre as conturbações políticas e os embates acadêmicos, forjou-se um modelo de curso de História que privilegiava a formação de profissionais do ensino secundário desvinculada da pesquisa histórica” (Ferreira, 2012: 616).⁴

A discussão sobre os “caminhos” da institucionalização da História e de seu ensino retroage à institucionalização da História “na segunda metade do século XIX e início do século XX”, tendo a França como baliza, quando o ensino superior se tornou “elemento central para a promoção social dos indivíduos, para a afirmação nacional, para a formação das elites, para o progresso científico e econômico” (Silva, 2011: 30-31). Análises baseiam-se sobremaneira no texto de Gérard Noiriel, *Naissance du métier d'historien* (1990), que examina as disputas políticas entre republicanos e conservadores, antes e após a Terceira República francesa (1870-1940), pelo controle do discurso sobre o passado francês.

No contexto de exaltação patriótica e nacionalista do Estado Novo (1937-1945), o curso da FNFi, criado pelo ministro Gustavo Capanema, sempre sensível a demandas de setores católicos, foi sendo estruturado de modo a evitar que a organização da educação secundária e superior brasileira fosse contingenciada por ideias identificadas com doutrinas universalistas associadas ao comunismo e desdenhosas da matriz religiosa cristã de formação do Brasil. Esse seria o caminho seguido também pelo Curso de Geografia e História da UFPR a partir de 1938 até o início dos anos 1960.

A primeira geração de professores da UPR: o amadorismo erudito, o anticlericalismo e o combate ao comunismo

Foi do agrupamento de homens em associações de convívio intelectual em Curitiba que surgiu o Curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia da então Universidade do Paraná. Essa primeira geração de professores, cujas datas de atuação variam de 1938 até meados e fins da década de 1950, era menos preocupada com a regência de aula do que com o desempenho de atividades públicas. A faculdade era “livre, organizada de conformidade com leis federais que regiam o ensino superior”, de acordo com regimento interno de 1938. Logo no início de 1939, porém, a faculdade sofreria com a criação da FNFi, cujo dispositivo legal exigia a demonstração de “capacidade financeira para manter [os cursos]”⁵ e a cujos programas as faculdades de Filosofia do país deveriam se adaptar. Começou então um período de dificuldades na história da Faculdade de Filosofia da UPR, paralisada pela falta de recursos para sua manutenção.

A solução dada foi manter contato com “alguns provinciais dos Irmãos Maristas, os quais demonstraram interesse pela Faculdade de Filosofia”.⁶ Após entendimentos, chegou-se a um contrato de manutenção financeira com a União Brasileira de Educação e Ensino, a UBEE, ligada aos maristas, cuja viabilidade proveio da relação entre os professores e personalidades que haviam criado a faculdade em 1938 com membros do Círculo de Estudos Bandeirantes, o CEB. Grande parte dos professores de todos os cursos da Faculdade de Filosofia da UPR era sócia do CEB, associação civil fundada em 1929 que agregava personalidades da vida pública paranaense num projeto cultural contra o que era identificado como “correntes anticlericalistas” na sociedade curitibana. Nos estatutos, consta que o CEB era uma “associação civil, científica e literária de duração ilimitada, que mira produzir trabalhos, *especialmente de cultura nacional*, por meio de estudos, conferências, palestras e investigações” (grifo nosso).⁷

O CEB teve papel essencial na primeira geração de professores do Curso de História da UPR e em sua orientação político-ideológica. Foi do curso de Filosofia realizado no CEB durante quatro anos que surgiu o núcleo da faculdade: “Peço vênha para chamar atenção do distinto auditório (...) nove de maio de mil novecentos e trinta e cinco, pois, na realidade, nesse curso de Filosofia está em germe (...) a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje integrada à Universidade do Paraná” (*Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, 1954: 765).⁸

A articulação CEB, católicos e criação da Faculdade de Filosofia da UPR se fez sob o compromisso de luta contra o avanço comunista, anunciado em muitos momentos. Ficou decidido que os professores não se afastariam, nos programas de suas cadeiras, dos “postulados cristãos de sua orientação espiritual, seguindo, em tudo quanto se relacionar com as disciplinas dos diferentes cursos, uma conduta de elevado acatamento às tradições católicas do povo brasileiro”.⁹ A causa política em jogo era clara: o perigo do avanço do comunismo e o papel da Igreja católica na contenção da expansão da doutrina. Tal preocupação não era nova no CEB: “o sr. Conselheiro (...) fez ver que só no aumento do número de sacerdotes católicos encontraremos o verdadeiro remédio contra a dissolução social, pregada pela Internacional Vermelha de Moscou”.¹⁰

A parceria com o CEB e a UBEE não só salvou a Faculdade de Filosofia da UPR financeiramente, como viabilizou a resolução de formar gerações de professores segundo o princípio da doutrina católica. A manutenção da faculdade pelos religiosos seria a garantia de que, no Paraná, o curso superior de formação de professores secundários se alinharia ao que pregava a Reforma Capanema na criação da FNFi, pois é difícil fugir da ideia de que a Faculdade de Filosofia não esteve envolvida no conflito entre católicos e não católicos que marcou os termos da disputa quanto aos rumos da educação no país nos anos 1930. Esses

conflitos marcaram o que seria a geração dos professores fundadores do Curso de História da UPR, cuja característica foi a de um profissionalismo bastante permeável a injunções políticas explícitas, num tempo em que uma política universitária nacional abrangente ainda estava em gestação.

Dessa geração, os professores efetivos de disciplinas de História se restringiram a três nomes cuja biografia não engana. Brasil Pinheiro Machado, ex-prefeito de Ponta Grossa (PR), conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, deputado federal, interventor de Dutra em 1946, advogado de formação, catedrático de *História do Brasil*; Bento Munhoz da Rocha Neto, deputado constituinte de 1946, governador do estado de 1951 a 1955, ministro da Agricultura de Café Filho, deputado federal, engenheiro de formação, catedrático de *História da América*; e Homero Batista de Barros, professor catedrático do Colégio Estadual do Paraná em 1937, professor da Faculdade de Direito da UPR, advogado de formação, catedrático de *História Antiga e da Idade Média*. Todos se tornaram catedráticos por nomeação, por terem, segundo a interpretação de autoridades governamentais, prestado serviços relevantes ao país e ao estado.

Os três catedráticos eram profissionais liberais eruditos que participavam de associações de intelectuais e de suas publicações: neste caso, a condição necessária era serem “homens de letras”. Na reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia de 18 de outubro de 1942, o relator deu parecer favorável ao pedido de transferência de cátedra apresentado por Homero de Barros, também com base no argumento de que “o verdadeiro professor, mormente o de curso superior, tem de ser completo homem de letras”.¹¹ As publicações das associações não seguiam regras de conduta textual ditadas por convenções de escrita científica universitária; tinham um financiamento mais geral, eram praticamente autofinanciadas, e seus textos abordavam a sociedade como um todo quase sempre na arena política.

Ao longo de mais de 20 anos, esses eruditos escreveram textos considerados como “de história”, que foram publicados nos anuários da Faculdade de Filosofia, no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, ou na Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. As narrativas históricas dessa geração de professores organizavam a face identitária do que seriam os paranaenses e o Paraná dentro do passado brasileiro tomado como passado nacional, numa perspectiva de análise alheia a qualquer matriz interpretativa que ligasse a História com profissionais que detivessem técnicas, procedimentos e abordagens particulares de especialistas. Em 1951, Pinheiro Machado publicou *Sinopse da história regional do Paraná* como separata da Revista do IHGEP. “A história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil” (Machado, 1951: 2). O professor lançava a base temática regionalista que iria vincar o processo de deslocamento do Curso de História para a pesquisa do Paraná nos anos

1960 e a criação do mestrado em 1970, período da segunda geração de professores, de cuja história trataremos a seguir.

A segunda geração e a guinada científica: da formação para a docência à formação para a pesquisa no processo de criação do mestrado

O início dos anos 1960, com a criação do Departamento de História (DEHIS) da UFPR, marcou uma inflexão geracional em direção a uma outra linhagem historiográfica. Nessa segunda geração, tiveram papel duradouro as professoras Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, que atuaram em prol da criação e reconhecimento do mestrado, afinal criado em 1972 e consagrado ao longo dos anos 1970, sendo reconhecido como curso de referência de História no país. As duas professoras foram secundadas por Brasil Pinheiro Machado, professor que cruzou sua geração para combinar-se profissionalmente com os colegas da geração seguinte.¹²

Se a primeira geração fora permeável à política, já a dos professores dos anos 1960 seria menos política e mais “profissional”. O anseio por reformas do sistema de ensino superior no Brasil era mais ou menos generalizado desde os anos 1950, o que colocou na agenda discursiva a ideia de que não haveria superação do subdesenvolvimento se não houvesse alfabetização em massa e formação de setores técnicos e intelectuais capazes de organizar o governo do país. Esse foi o contexto da geração responsável pela renovação docente e conceitual na história do Curso de História da UFPR, preparado desde meados dos anos 1950, quando o curso não demandava uma produção de tipo científica oriunda da divisão de trabalho em pesquisa e ensino que repartisse atividades de modo exclusivo. Nessa segunda geração destacou-se o laço com a reforma universitária de 1968 e a implantação da pós-graduação no país a partir dos anos 1970.

A partir da reforma de 1968 e seus desdobramentos, a tradição do Curso de História, de formar professores, passou a incorporar uma divisão conflituosa que afetaria os cursos de História brasileiros, a partir de então divididos entre formar para a docência e formar para a pesquisa. Tal processo de divisão na história do curso da UFPR exprimiu uma concepção hierarquizante em duas dimensões. De um lado, a concepção de *produção* científica – na universidade – como superior à mera *reprodução* científica – na escola; de outro, a concepção da pesquisa como superior ao ensino, do que derivaria uma pretensão de submissão do conhecimento histórico de professores na escola ao conhecimento histórico e à pesquisa sempre renovada de historiadores na universidade.

A divisão no Curso de História da UFPR seria muito saliente. Das relações de professores do curso com professores e instituições nacionais e interna-

cionais de História redundaria um curso de mestrado de excelência em pesquisa, o que endossaria uma percepção inquestionável do valor da pesquisa histórica universitária, à qual a matéria escolar teria de se curvar. Como narra Cecília Maria Westphalen (1962: 2),

(...) no ano de 1959, realizamos estágios de estudos e trabalhos na 6ª sessão da École Pratique des Hautes Études, da Universidade de Paris, sob a orientação do eminente professor Fernand Braudel, e em contato com os demais professores daquele Centro, notadamente o professor Pierre Chaunu (...) Nesse sentido, e com esta orientação, fomos alertados pelo próprio professor Braudel e por outros, de que, embora distanciados dos grandes centros de pesquisa histórica, embora distanciados dos abundantes arquivos referentes à vida do Atlântico, deveríamos também participar das correntes universais dominantes do pensamento histórico, realizando em nosso meio, no Paraná, pesquisas e estudos que poderiam reunir-se e somarem-se aos estudos globais que se pretende fazer da vida atlântica e contribuir mesmo para a determinação de suas estruturas.

Ao lado de Cecília Maria Westphalen, veio também à cena nessa geração, por seus feitos e desempenho de caráter acadêmico e político, Altiva Pilatti Balhana. Uma rápida incursão nos currículos de ambas revela ligações com professores da primeira geração e talvez um cálculo estratégico tendo em vista a ocupação de lugares na instituição universitária. As duas entraram nos quadros da faculdade em 1951, na leva de 23 professores “assistentes” integrantes de um “quadro extraordinário”, provável decorrência de uma prescrição quanto ao número mínimo de docentes para a universidade recém-federalizada.

Cecília Westphalen fora aluna, nos anos 1940, do Colégio Estadual do Paraná, onde conviveu com parte dos professores que também eram da Faculdade de Filosofia. Licenciada em 1950, em 1952 já era professora interina do Curso de História. Em 1953 secretariou evento de comemoração do Centenário da Emancipação do Paraná, iniciativa conjunta do Curso de História e do Instituto Histórico estadual. Entre 1955 e 1957, filiou-se à English Historical Association, tornou-se membro da Société Marc Bloch em Paris e aprofundou relações com Fernand Braudel. Em 1957, por concurso de provas e títulos, tornou-se catedrática de História Moderna e Contemporânea.¹³ Altiva Balhana licenciou-se em 1949 em Geografia e História, em 1958 e 1967 foi secretária do CEB e em 1960 era professora docente-livre da cadeira de História da América do Curso de História.

As professoras puseram em prática nos anos 1960 ações que iriam redundar no mestrado e na consagração do DEHIS como referência nacional. Tiveram também participação decisiva numa das primeiras iniciativas que demarcaram o espaço exclusivo da escrita da História por historiadores treinados nas normas da disciplina acadêmica: a organização do boletim do departamento, publicado a partir de 1962. O *Boletim do Departamento de História* veio combinar-se ao robusto projeto de organização de arquivos em Curitiba e outras cidades do Paraná ao longo dos anos 1960 e 1970, liderado pelas duas professoras.

Em consonância com apelos pela recuperação de arquivos históricos brasileiros feitos pela Associação dos Professores Universitários de História (APUH), criada em 1961, o Curso de História da UFPR realizava pesquisas sistemáticas em arquivos no Paraná, percebendo a necessidade de organizá-los e dar-lhes tratamento físico, identificando-os e classificando-os em acervos. Naquele momento inicial do DEHIS, levantavam-se arquivos de Curitiba, Cecília Westphalen fazia suas primeiras pesquisas sobre a cidade e o porto de Paranaguá, e Altiva Balhana, com Brasil Pinheiro Machado, fazia pesquisas sobre a ocupação territorial do Paraná em função do exame da estrutura agrária do estado, futura linha de pesquisa do curso.

Das pesquisas realizadas nos primeiros anos da década de 1960 derivou um projeto ambicioso visando à preservação de arquivos e ao enraizamento do Curso de História no estado. Em 1968, Altiva Balhana propôs “a realização de um projeto de pesquisa de Levantamento de Arquivos Paranaenses, objetivando não somente o levantamento de arquivos locais”, como a maior cooperação entre professores e alunos de faculdades estaduais “pela efetivação de trabalhos comuns de pesquisa histórica, com ampla participação dos estudantes e com a troca de experiências e técnicas operacionais” (Westphalen e Balhana, 1969: 7-8). No texto, eram apresentados modelos de fichas a serem preenchidas no trabalho manual de levantamento de papéis de arquivos históricos. O DEHIS passou então a agregar, liderar e engajar professores e alunos de todas as faculdades estaduais que mantinham cursos de História no grande projeto ‘Levantamento e Arrolamento de Fontes para a História do Paraná’, cuja primeira fase terminou em 1969.¹⁴ O projeto facilitava a promoção da imagem do historiador como um oficial de arquivo, reforçando o estatuto da disciplina histórica como algo próximo da Arquivística. Em 1974, as primeiras dissertações de mestrado eram baseadas no material organizado pelo projeto de levantamento de arquivos.

Ao recuperar acontecimentos ligados à guinada para a pesquisa na história do Curso de História do DEHIS da Faculdade de Filosofia da UFPR, é preciso explicitar alinhamentos historiográficos que favoreceriam o advento do mestrado em 1972. O alinhamento historiográfico mais saliente foi explicitado por

Cecília Westphalen no Boletim 10, de 1970, no texto *Navios e mercadorias no porto de Paranaguá*.

O presente estudo está ligado a outros que são feitos acerca da vida atlântica e suas estruturas, sobretudo por historiadores da 6ª sessão da École Pratique des Hautes Études e da revista *Annales*, como Fernand Braudel, Michel Mollat, Pierre Chaunu, Frédéric Mauro, Rugiero Romano e outros. Constitui a primeira experiência em História Quantitativa ou Serial que se faz na história do Paraná (...) Porém, na observação documentária, além das técnicas qualitativas que visam obter dados e informações que conduzem a avaliações qualitativas, são largamente empregadas as técnicas quantitativas que visam obter dados e informações numéricas acerca daquilo que pode ser medido ou contado. A sua utilização permite dispor de instrumentos de análise altamente precisos e objetivos, bases de apoio indispensáveis às avaliações qualitativas. Procura-se, desta maneira, trabalhar sobre o autêntico, de que fala Pierre Chaunu (...) Trata-se da constituição de séries de dados numéricos, metodicamente recolhidos e agrupados, empregando-se as Matemáticas aplicadas às Ciências Sociais, como técnicas de observação histórica, enriquecendo-a aliás (...) (Westphalen, 1970: 19-24).

Este alinhamento teórico esposado por Cecília Westphalen derivava, em especial, de suas pesquisas e das de Altiava Balhana e Pinheiro Machado sobre a ocupação territorial do Paraná e sua estrutura agrária. Desenhava-se desde fins de 1960, na trajetória dos boletins do DEHIS, uma divisão do Paraná em um “Tradicional” e outro “Moderno”, o que teria consequências epistemológicas relevantes. Interessa-nos ver aqui um pouco do processo de configuração dessa divisão.

Quando, em 1951, Brasil Pinheiro Machado publicou sua *Sinopse da História Regional*, o trabalho circunscrevia-se ao Paraná resultante da longa ocupação dos séculos XVII, XVIII e XIX do planalto curitibano, tendo a vila de Curitiba como “centro de irradiação” propulsor. Era uma área geográfica que cobria aproximadamente apenas um terço do território do estado saído do litoral. Mas os anos 1950 e 1960 integrariam as regiões geográficas paranaenses, resultando daí impactos nas pesquisas desenvolvidas no DEHIS. Aqueles anos foram de integração do estado e, principalmente, de movimentos populares agrários que chamavam a atenção para a história de todo o estado, e não mais do estado circunscrito de Pinheiro Machado, atraindo o interesse para o século XX. Em 1968, no texto que abria o Boletim 7, *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná*

Moderno, Cecília Westphalen, Altiva Balhana e Brasil Machado firmavam a distinção histórico-territorial entre os dois Paranás, o “tradicional” – “Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas e da lavoura de subsistência [onde] estão presentes o branco, o índio e o negro” (Balhana, 1970: 28) – e o Paraná Moderno, resultante da desagregação da sociedade campeira tradicional do fim do século XIX, com a dispersão de gentes para outras partes do território, a dispersão de escravos vendidos no mercado interno em decorrência da crise do escravismo e a entrada de contingentes populacionais de imigrantes. “Esses indicadores (...) contribuíram de modo ponderável para transformar a estrutura demográfica dominante no Paraná” (Balhana, 1970: 29).

O Paraná identificado como “Moderno” criava uma linha de pesquisa que examinava as mutações da ocupação territorial do estado a partir do fim do século XIX e fazia aparecer para a história contingentes populacionais nunca antes estudados numa “história demográfica” que Balhana passou a praticar. O Paraná Moderno era o das populações que ocupavam o norte e o oeste cafeeiro do estado, vindas de São Paulo e Minas Gerais, e dos imigrantes que ocupavam o oeste e o sudoeste, vindos em grande parte do Rio Grande do Sul. A incorporação analítica desse outro Paraná e de suas populações ajudaria a conceber o projeto do mestrado.

O tratamento metodológico desses novos objetos e de suas fontes foi explicitado por Altiva Balhana em vista da massa de documentos levantada pelo DEHIS nos anos 1960-1970 no projeto de levantamento de fontes documentais. “Nesse quadro reclamava especial atenção a história demográfica, ou seja, o estudo numérico da população e da estrutura social paranaense no tempo” (Balhana, 1970: 27). Segundo Balhana, em função da variedade de povos na ocupação brasileira e do Paraná, e dos fenômenos demográficos dos tempos modernos, tornavam-se necessários estudos adequados dos “problemas da demografia, procurando utilizar as fontes primárias existentes e, ainda, na sua quase totalidade, jamais exploradas” (Balhana, 1970: 28). “Estudos quantitativos amplos e exaustivos” podiam demonstrar a alteração da estrutura demográfica da sociedade paranaense, advogava Balhana (1970: 29).

Com as fontes e temas históricos fixados e a metodologia configurada, podia ser criado o mestrado da UFPR, que conformaria a memória de uma identidade para o Paraná pelo tratamento histórico-técnico de grandes séries documentais segundo as metodologias quantitativa e estatística em textos de história demográfica que captavam dinâmicas e deslocamentos populacionais.

Especialmente no que se refere ao movimento migratório, tem sido encarecida a necessidade de estudos críticos dos dados disponíveis e do tratamento estatístico dos mesmos, não só para o me-

lhor conhecimento da intensidade, composição e regularidade do fluxo imigratório, mas também dos coeficientes de fixação, crescimento populacional e movimentos de redistribuição de imigrantes. O mesmo deverá ser feito em relação às migrações internas que tiveram grande importância no desbravamento e ocupação de extensas áreas do Paraná Moderno (Balhana, 1970: 30).

Mas também ações de caráter político favoreceram a criação da pós-graduação do Curso de História da UFPR. E aqui destaca-se a professora Cecília Westphalen. Ela foi assessora de gabinete do secretário estadual de Educação e Cultura de 1961 a 1963, quando Ney Braga era governador, e, de junho a dezembro de 1964, assessora de gabinete do ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor da UFPR, ligado nos anos 1930 a grupos paranaenses engajados na luta contra o anticlericalismo. A professora atuou na esfera da política educacional do estado: nos anos 1960-1970 foi membro do Conselho Estadual de Educação (CEE) do Paraná e do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar). Saliente-se que a Fundação fomentou diversas ações realizadas pelo DEHIS, em especial o *Projeto Levantamento de fontes para a História do Paraná*.¹⁵ Sobretudo, foi significativa a atuação de Westphalen como conselheira do CEE entre 1965 e 1971, segundo informações do pesquisador Sandino Hoff (2008). O autor analisa textos de conselheiros entre 1965 e 1968 e demonstra o investimento da conselheira Westphalen para que o CEE prestigiasse a “profissionalização de professores brasileiros” em função de uma nova sociedade “fundada no progresso científico e na técnica industrial”, defendendo a formação de “sábios e técnicos”, identificados os sábios a professores e os técnicos a engenheiros.

Na *Criteria* 6, 1967, aparece o artigo “O Professor no Regimento da Escola Média.”, [de Cecília Maria Westphalen] (...) Explica as “(...) duas transformações acarretadas pela revolução tecnológica (...), quais sejam, a mudança social e o primado da inteligência”. O professor deve estar presente no Regimento, afirma a autora, “(...) como agente dinamizador do progresso (...). Exigir-se-á qualificação profissional específica” e conclui pela importância do professor no regimento da escola: “É o agente do progresso e o formador de homens para o gozo do progresso”. (Hoff, 2008: 290)

Não era incomum a participação de professores do DEHIS em cursos e palestras voltados para professores do ensino secundário e empenhados em

ensinar “técnicas da pesquisa histórica” e introduzir uma história nova diversa da que seria tradicional. A necessidade dessas palestras justificava-se em vista do que o DEHIS descobria sobre a destruição de documentos históricos no Paraná.

A professora Cecília Westphalen registra no Boletim 9 do DEHIS acontecimentos ligados ao que via da realidade de acervos.

A Associação dos Professores Universitários de História, a APUH (...) tem chamado insistentemente a atenção dos pesquisadores nacionais para a necessidade urgente do levantamento das fontes históricas existentes no país (...) Essa insistência tem muita razão de ser. Uma, aquela que se tem feito em História do Brasil, com base apenas em fontes secundárias, repetindo-se o sabido e mesmo o mal sabido. São conhecidos, entre outros, dois casos na historiografia nacional, aquele do ilustre historiador do início do século que teria destruído as fontes documentárias que utilizara, afirmando: “Quem d’ora avante quiser estudar isso, há de ser no meu livro!” E o outro que, mais recentemente, publicara cerca de três dezenas de trabalhos, inclusive de história política, militar e diplomática do Brasil, e que jamais estivera, por exemplo, no Arquivo Histórico do Itamaraty (Westphalen, 1969: 5).

Lastimando a falta de cuidado com a documentação de pesquisa no Paraná em três séculos, realça o estado calamitoso dos arquivos, ao mesmo tempo em que enaltece o empenho dos professores do Curso de História em reverter aquela realidade. Depois de identificar os “destruidores deliberados” de documentos, que se desfazem deles por incúria e ignorância, e os “inconscientes”, que não sabem o valor da documentação, registra o que qualifica de “furor de pesquisa que tomou o ensino médio, no país, até mesmo o curso primário”.

(...) via de regra mestres improvisados e sem preparação específica, com alunos, por sua vez, sem o mínimo de técnicas e conhecimentos indispensáveis, soltos, a realizarem “pesquisas históricas”, e, o que é mais grave, a coletarem e a recolherem material histórico para pretensos museus e arquivos escolares. Não faz muito tempo, um professor do ensino médio foi encontrado, a passeio, com o Livro Tombo de importante Matriz debaixo do braço, a título de estar realizando pesquisas históricas com seus alunos (Boletim da Universidade Federal do Paraná, 1969: 6).

Se verídica ou não a referência meio irônica ao flagrante do professor secundário passeando com o livro-tombo – não há referência à veracidade da informação e nem foi a professora quem viu a cena –, a afirmação induz a pensar numa demarcação de espaço de prerrogativas: não se passeia na rua com livros-tombo, muito menos professores de ensino médio, que acabam sendo destruidores inconscientes de documentos. O “furor de pesquisa” que nos anos 1960 atacava as escolas brasileiras precisava ser contido, sendo os livros limitados ao manuseio daqueles profissionais devidamente treinados para a História. Homologado o DEHIS em 1961, a disciplina História praticada na academia foi preparando as justificativas de seu estatuto científico paralelamente à modernização da sociedade e do estado.

Nos anos 1960 e 1970, a preparação e o desempenho do mestrado do DEHIS da UFPR são notórios: projetos regulares de pesquisa, publicação de boletins, seminários e palestras, visitas de professores nacionais e estrangeiros, participação em eventos, inserção na APUH, cursos de extensão e aperfeiçoamento de professores do ensino médio e elaboração de um *know-how* de Técnicas de Pesquisa Histórica que viraram referência e firmaram o professor profissional tal como concebia Westphalen. Representados pelo projeto de Levantamento e Arrolamento de Arquivos, todos esses acontecimentos e o desempenho do curso – diga-se: sem crítica social e política alguma – prepararam a “escolha” do Curso de História da UFPR para encaminhar o primeiro projeto de mestrado em História de uma universidade federal aprovado no Brasil pelo MEC. As professoras Aliva Balhana e Cecília Westphalen foram capitais nesse processo.

Considerações finais sobre identidade historiadora em vista da história do Curso de História da UFPR

O vínculo histórico dos cursos de História brasileiros com a formação de professores para o ensino secundário iria se deslocar nos anos 1960 em direção a uma postura que veria a História escolar sempre em atraso com relação à renovação permanente da História acadêmica. Com o Curso de História da UFPR não seria diferente. A legislação educacional, a mudança de conduta que ensejava, a complexificação da sociedade que se segmentava, foram preparando um espaço de transição com condições de viabilização da História como atividade de sujeitos treinados especialmente para tanto e com outra relação com o ensino escolar.

Atuando em círculos pretensamente autossuficientes, regradados e isolados, os professores da segunda geração passaram a escrever em publicações específicas onde só havia lugar para profissionais orientados por técnicas caracterís-

ticas de uma profissão, com parâmetros de inserção social bastante diferenciados da geração anterior. Desde seu surgimento em 1938, quando a escola secundária estava próxima da faculdade a ponto de professores transitarem de uma para outra e partilharem ritos de conduta e decisão, até os anos 1960 e 70, o Curso de História foi progressivamente construindo sua especialidade. Na história de quase 50 anos do Curso de História da UFPR, é possível seguir certo desenho das condições que lhe foram garantindo o destino de chegar à História cada vez mais científica, de especialistas autorreferentes voltados para si próprios. “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural (...) Implica um meio de elaboração circunscrito a determinações próprias, uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados” (De Certeau, 2011: 47).

Agora, não há mais espaço para professores eruditos, “historiadores” por atividade paralela em suas vidas políticas, ou seja, para quem não teve uma formação controlada por um corpo de agentes incumbido de zelar por normas de ingresso e desempenho na universidade e por obrigações para a obtenção de diplomas para a atuação profissional num mercado de trabalho cada vez mais concorrido e regulado pelas exigências de uma sociedade urbano-industrial. E já estamos numa época em que *pesquisar* – e não *ensinar* – História é o que dá prestígio.

Reportando-nos ao agora, o projeto de regulamentação da profissão de historiador e a realidade de propostas de mestrados profissionais na área podem significar mais do que aparentam. Podem significar uma percepção entre muitos historiadores de um processo de corrosão da autoridade da História se comparada ao grande século XIX historiador e a grande parte do XX, um dilema para cuja solução o melhor não parece ser se fechar para se proteger.

Ante o avanço de uma “mania preservacionista” (Sarlo, 2007) ou de um regime presentista de temporalidade (Hartog, 2013), estudar as gerações de professores do Curso de História da UFPR corresponde a deter-se em duas configurações de identidades profissionais historicamente distintas. Sempre essas identidades se estabilizaram em representações da disciplina, autorrepresentação da condição profissional e representação da relação que a disciplina mantém com a sociedade em geral. Ante o avanço da elaboração da História feita por não especialistas com base em critérios que “não seguem as regras básicas do ofício de historiador, que envolvem a leitura de extensa bibliografia e o direcionamento das pesquisas de acordo com as lacunas e problemáticas do campo” (Ferreira, 2012: 119), os historiadores se dividem entre advogar “canais de comunicação com o grande público” (Ferreira, 2012: 119) ou evocar sua responsabilidade em vigiar “usos do passado” muitas vezes irresponsáveis, particularistas, e que eventualmente convocam a História acadêmica para endossá-los.

Em vista de tal conjuntura não nos parece impertinente dizer que podemos avançar para falar de uma terceira geração de professores – aquela formada no fim dos anos 1980 e 1990, que parece sofrer nova guinada hoje. Uma geração que vive um tempo de relativização das certezas das gerações passadas, abaladas por transformações históricas nacionais e internacionais que terminam por colocar em xeque identidades de gerações anteriores que não viveram o dilema de revisar-se sem precisar abrir mão de um conhecimento histórico consolidado.

Aventamos a identidade historiadora como questão sobre a qual refletir e discutir, implicada nas transformações sociais fundas que duvidam de proposições emanadas de agrupamentos que se querem autossuficientes. Abre-se um tempo em que o processo de politização social com ampliação da interação política requer historiadores abertos ao diálogo extra-acadêmico, um tempo de mutações nos métodos de ensino da matéria escolar História e nos padrões de pensamento sobre a escola, de ora em diante lugar cultural e político cujos sujeitos não admitem viver processos de ensino unilaterais que desdenhem de seus saberes prévios.

Agora, entra em dúvida a convicção de professores como intelectuais capazes de serem guias e orientadores da coletividade, e se discute a legítima aspiração de sujeitos não formados de elaborar formulações do passado da sociedade. Os macrossujeitos não guiam mais a história: “foi-se o tempo de Ranke, Braudel, Sérgio Buarque, de teses como *O Mediterrâneo e Visões do Paraíso*” (Malerba, 2013). Parece ter acabado a “aliança estabelecida no final do século XVIII e em vigor até há poucos anos entre História e Utopia” (Bodei, 2001: 76), que reforçava certa representação dos historiadores sobre si mesmos.

Disso decorre um grande questionamento de identidades profissionais muito fechadas que insistem em se fazer reclusas em nome de ideais pouco sensíveis a demandas sociais mais imediatistas – e mesmo mais sensacionalistas. Como fazer num contexto em que realidades históricas que foram a base sobre a qual se constituíram aquelas identidades intelectuais que um dia fizeram o prestígio público da disciplina histórica não existem mais? As pesquisas sobre como se institucionalizam cursos de História revelam como tradições intelectuais historiadoras se constituíram na experiência histórica brasileira. Daí, faz-se importante o exame de tal institucionalização dos cursos, ratificando a máxima de que “a História também tem história” e de que a identidade profissional depende de como o sujeito pôde constituir seu conjunto conceitual de percepções e interpretações sobre o passado encarnado em cursos dentro de instituições reguladoras que constroem uma operação historiográfica.

A história do Curso de História da UFPR oferece-nos elementos para o exame de dilemas postos hoje a historiadores profissionais. Aquilo que um dia garantiu ao curso seu prestígio – assim como, depois, a muitos outros cursos de

História brasileiros – hoje parece explodir em função de demandas que chamam por revisões sobre o ser profissional historiador. Revisões para cuja execução a história do Curso de História da UFPR, tendo este “dado certo” numa dada época, categoricamente nos ajuda a pensar.

Notas

1. Em tese, em função de dispositivo legal, os cursos de Geografia e História existiram até 1955. A Lei 2.594, de setembro daquele ano, autorizou seu desdobramento em cursos específicos de História e de Geografia.

2. A Universidade do Paraná (UPR) foi federalizada em 1950, data a partir da qual podemos designá-la como UFPR.

3. O marco principal dessa centralização foi a Reforma Francisco Campos, com os decretos 19.850 (de criação do Conselho Nacional de Educação) e 19.851 (dispondo sobre o ensino superior), ambos de 11 de abril de 1931, e, um ano depois, o Decreto 21.241, de 4 de abril de 1932, que reformava o ensino secundário, atrelando o exercício do magistério à apresentação do diploma da Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

4. O Curso de História da UDF durou apenas quatro anos, até a criação da FNFH em 1939, quando se tornou o Curso de Geografia e História, com o qual todos os cursos de então tiveram de se equiparar (Silva & Ferreira, 2011).

5. Artigo 4º, Decreto-Lei 421, de 11 de maio de 1938.

6. Ata da 5ª reunião da Congregação. Livro de Atas da Congregação – 8 de junho de 1939.

7. Ata da sessão ordinária 58 do Conselho Diretor do CEB, aos 13 de julho de 1938. Em outubro do mesmo ano, o CEB foi reconhecido com entidade de “utilidade pública” pelo governo federal.

8. O fragmento do texto é do professor Liguaru Espírito Santo, engenheiro agrônomo de formação, professor normalista catedrático da cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia da UPR e membro do CEB.

9. Ata da 7ª reunião da Congregação em que se definiram os norteadores da reforma dos Estatutos da Faculdade em função da vinculação à UBEE. Livro de Atas da Congregação – 3 de agosto de 1939.

10. Ata do CEB de 23 de julho de 1931. Livro de atas.

11. Ata da 20ª sessão da Congregação da Faculdade, a 26 de agosto de 1942.

12. Brasil Pinheiro Machado constitui caso paradigmático. Da geração dos fundadores, continuou no curso nos anos 1970. Completaria 65 anos em 1972, quando seria compulsoriamente aposentado. Os professores do curso dirigiram-se então à Congregação da Faculdade de Filosofia e solicitaram a permanência do professor “dada a importância de sua presença e de seus conhecimentos para as atividades do Departamento de História” (Livro de Atas do DEHIS – 1 de dezembro de 1972 a 4

abril de 1978). O professor foi reconduzido ao cargo e nele permaneceu até 1978.

13. Arquivo Cecília Maria Westphalen, Arquivo Público do Paraná. Quando consultamos os documentos da professora, eles ainda não estavam com a informação tratada.

14. Em 1984, os boletins ainda apresentavam resultados do levantamento de ar-

quivos. Os boletins 26, 27, 28 e 29, daquele ano, publicaram os arquivos de Campo Largo, Rio Negro e da Água Verde, em Curitiba.

15. O projeto foi depois renomeado *Arrolamento de fontes para a História Demográfica do Paraná*.

Referências bibliográficas

BALHANA, Altiva Pilatti. História demográfica do Paraná. *Boletim da Universidade do Paraná*. Conselho de Pesquisas, DEHIS, n.10, 1970, p.27-36.

BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Arquivos Paranaenses*. Departamento de História (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), n. 9, 1969.

BODEI, Remo. *A História tem um sentido?* Bauru: EDUSC, 2001. 126 p.

CAPELATO, Maria Helena R.; GLEZER, Raquel & FERLINI, Vera Lucia A. Escola uspiana de História. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994, p.349-358.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 379 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, abr. jun. 2012, p. 611-636.

———. O lado escuro da força: a ditadura militar e o Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.11, abril de 2013, p.45-64.

———. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flavia et al. (orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.101-124.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da História Regional do Paraná. *Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*, Curitiba, 1951.

MALERBA, Jurandir. Disponível em <http://cafehistoria.ning.com/page/artigo-ser-historiador-no-brasil-do-seculo-xxi> (acesso em dezembro de 2013).

NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. *Génèses 1*, sept.1990, p.58-85. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/genes_1155-

3219_1990_num_1_1_1014 (acesso em dezembro 2012).

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Edição especial comemorativa do 25º aniversário de fundação do Círculo de Estudos “Bandeirantes”. *O Círculo de Estudos Bandeirantes em vinte e cinco anos de existência*. Tomo II, p.743-770, setembro de 1954. Curitiba.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. da UFMG/Cia das Letras, 2007.

SILVA, Norma Lúcia da. *Institucionalização do ensino superior de História e profissionalização docente no interior do Brasil – Araguaína, TO (1985-2002)*. 192 f. Tese (Doutorado em História Social). IFICS (UFRJ), Rio de Janeiro, 2011.

WESTPHALEN, Cecília Maria. O porto de Paranaguá no ano de 1826. Estudos de

Micro-Conjuntura. *Boletim da Universidade do Paraná*, Conselho de Pesquisas, DEHIS, n. 2, dez. 1962.

———. Navios e mercadorias no porto de Paranaguá. *Boletim da Universidade do Paraná*, Conselho de Pesquisas, DEHIS, n. 10, 1970.

———. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos*. Curitiba: SBPH – PR, 1988. 164 p.

——— & BALHANA, Altiva Pilatti. Introdução. *Boletim da Universidade do Paraná. Arquivos Paranaenses*. Conselho de Pesquisas, DEHIS, n. 9, 1969.

———; ——— & MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação de terra no Paraná Moderno. *Boletim da Universidade do Paraná*, Conselho de Pesquisas, DEHIS, n. 7, 1968, p.1-52.

Resumo

Recuperamos acontecimentos da história da institucionalização do Curso de História da UFPR, identificando, entre 1938 e aproximadamente 1974, duas épocas e duas gerações de professores com suas escolhas e alinhamentos ideológicos e teórico-conceituais. Nosso objetivo é pensar os dilemas dos cursos de História hoje, numa sociedade politizada que muda sua relação com a autoridade do conhecimento histórico científico numa época de excesso de memória.

Palavras-chave: história; memória; identidade profissional; cursos de História.

Abstract

We recuperate events of the history of the institutionalization of the UFPR's History Course, identifying between 1938 and approximately 1974 two periods and two generations of teachers with their choices and ideological and theoretical-conceptual alignments. Our purpose is to think about the dilemmas of History courses today, in a politicized society that changes its

relationship with the authority of historical scientific knowledge in a time of excess of memory.

Keywords: history; memory; professional identity; History courses.

Résumé

On recupère des faits liés à l'histoire de l'institutionnalisation du Cours d'Histoire de l'UFPR, en identifiant, entre 1938 et environ 1974, deux périodes et deux générations de professeurs avec leurs choix et alignements idéologiques et théoriques-conceptuels. L'objectif est de réfléchir sur les dilemmes des cours d'Histoire aujourd'hui, dans une société politisée qui change sa relation avec l'autorité de la connaissance historique-scientifique à une époque d'excès de mémoire.

Mots-clés: histoire; mémoire; identité professionnelle; cours d'Histoire.